

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

O Congresso e o povo

A entrevista que o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, concedeu ao **CORREIO BRAZILIENSE** (edição de domingo último) colocou perante a opinião pública questões fundamentais associadas às atividades legislativas. Nem sempre a consciência popular se mostra capaz de perceber os aspectos críticos do papel institucional deferido ao Poder Legislativo. Ajudam a fomentar distorções as censuras de malévola inspiração ou formuladas sob o amparo de conceitos equívocos, que acabam por expor a instituição a julgamentos apressados.

Antes de tudo, urge reconhecer que o Congresso expressa com maior legitimidade o sistema democrático representativo, sustentado em partidos políticos postos como agentes de intermediação da vontade nacional. Possui, assim, a índole do próprio povo, nas formas multifárias de seu comportamento, cultivo de valores doutrinários e ideológicos, aspirações sociais em largas cambiantes e interesses tão variáveis quanto as divisões sócio-econômicas da sociedade. Se o Congresso fosse composto de homens sábios, bem comportados, todos com uma visão uniforme do interesse nacional, desapaixonados e atilados na rápida percepção das velocíssimas transformações sociais, seguramente não guardaria vinculação alguma com o povo brasileiro. Seria um apêndice institucional com o perfil de uma contrafação absurda e inaceitável e, portanto, um estorvo para a consecução dos anseios populares.

Não obstante, tem o senador Mauro Benevides a convicção de que o Legislativo opera na presente fase da vida brasileira um trabalho ajustado à urgência das soluções requeridas. De fato, desde a instalação da atual legislatura nenhum dos grandes dilemas nacionais deixou de merecer atuação consequente do Senado e da Câmara. Mesmo diante de medidas radicais oriundas do Executivo, como a

que confiscou os ativos financeiros no próprio dia da posse do presidente Fernando Collor, a resposta parlamentar foi rápida e decisiva. Aliás, como lembra Benevides, todas aquelas iniciativas do Executivo carimbadas com o selo da conveniência nacional foram aprovadas pelo Congresso.

Agora, as duas Casas preparam-se para examinar o elenco de reformas constitucionais concebido pelo presidente Fernando Collor. A disposição do presidente do Senado, ao qual incumbe ordenar os trabalhos conjuntos, de prorrogar a sessão legislativa até janeiro, se necessário, concede à reforma constitucional amplas possibilidades de ser votada em prazo conveniente. Ao mesmo tempo, revela o princípio de austeridade obedecido ali com um rigor implacável, eis que a prorrogação, caso se mostre incontornável, evitará o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares. É uma alternativa para evitar a convocação extraordinária, regimentalmente amparada no pagamento daquele benefício.

Quanto ao mérito das cogitadas alterações constitucionais, Benevides dá testemunho do acerto político de suas convicções ao afirmar que, na hipótese de violações a garantias sociais protegidas por direitos adquiridos, não há como evitar emendas para mantê-las segundo a vontade do legislador constituinte de 1988. De outra forma, o Congresso seria reduzido a um simples cartório convertido à chancela dos interesses e das intenções do aparelho governamental.

Fundamental, porém, no pronunciamento do presidente do Poder Legislativo é que, com a abordagem exaustiva dos temas que lhe foram propostos, transpõe-se à sociedade o verdadeiro perfil da instituição. Quer dizer, de um órgão superior da hierarquia de poderes consciente de seu papel no atendimento do interesse nacional e disposto a exercitá-lo com obstinada dedicação.